

RIDENTI, Marcelo. “La hora y la vez de los jóvenes en Brasil”. Fundación Mapfre Historia, Madri. dezembro de 2013. Blog Debate y Perspectivas.

2. A hora e a vez dos jovens no Brasil

Marcelo Ridenti

PALAVRAS-CHAVE: Brasil – Movimentos Sociais – Modernização – Juventude – Novas Tecnologias

Os movimentos de junho de 2013 nas ruas de todo o Brasil têm suscitado muito debate. Eis alguns pontos para discussão: a crise de representatividade do sistema político, a composição social dos movimentos e o apoio mais geral a eles.

Sobre o primeiro aspecto, Marcos Nobre levantou uma tese interessante – http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_567_pagina_09.pdf Segundo ele, após o impeachment do presidente Collor em 1992, passou a vigorar nos meios políticos o “mito da governabilidade”, segundo o qual seria necessário para qualquer governo ter uma supermaioria parlamentar. Ele chamou esse processo de “peemedebização” da política, em referência ao maior partido brasileiro de centro. Haveria arranjos crescentemente aperfeiçoados do Executivo com o Congresso para garantir maiorias parlamentares, assegurando o poder de quem o detém, mas ao custo de não promover mudanças significativas na sociedade e suas instituições, o que tende a tornar o sistema impermeável, “blindado” a influência populares. Isso levaria a um divórcio entre as instituições políticas e os desejos democráticos da sociedade que elas deveriam representar. Com o tempo foram se disseminando nas bases da sociedade (via internet, por exemplo), desejos de democratização que não encontraram espaço na representação institucional, incapaz de traduzir anseios como o de uma vida urbana mais digna e de diálogo democrático mais substancial. Tudo isso demandaria um “choque de democracia”, nos termos do ensaio que escreveu a respeito.

Concorde-se ou não com a tese de Nobre, pode-se constatar uma crise de representação política que se expressou nas jornadas de junho. Houve uma revolta generalizada contra os políticos em geral, parlamentares, prefeitos, governadores, até a presidente da República. Indo além: as instituições da sociedade civil também foram questionadas, como os tradicionais sindicatos e partidos, sem contar a própria imprensa impressa, radiofônica e televisiva. Foram comuns cenas de hostilidade a bandeiras de partidos, e o incêndio de carros de emissoras de televisão. As passeatas passaram a ser filmadas do alto dos edifícios pelas principais emissoras, tentando evitar as hostilidades na rua. Talvez porque muita gente identificasse na imprensa estabelecida, nos partidos e sindicatos, uma convivência inaceitável com a “peemedebização da política”. Era nitidamente constatável uma grande diversidade de insatisfações, com sinais ideológicos misturados, que se expressaram também nas interpretações divulgadas na imprensa e nas redes sociais, cada qual identificando no movimento a realização dos próprios desejos e tentando influenciá-lo.

Para pensar o sentido dos acontecimentos, vale a pena desvendar a composição social dos que foram às ruas. Enquetes atestam que se manifestaram sobretudo jovens escolarizados que, em sua maior parte, trabalham. Eis alguns dados de pesquisas realizadas em 20 de junho de 2013, quando ao menos um milhão de pessoas manifestaram-se em todo o país. As pesquisas são do Ibope para o Brasil, do DataFolha para São Paulo, e da Clave de Fá para o Rio de Janeiro. Todas apontaram para:

1. escolaridade alta da maior parte dos manifestantes (77% com ensino superior em São Paulo, 87% com escolaridade acima do segundo grau completo no Rio de Janeiro, chegando a 91% em todo o país);
2. presença preponderante de jovens (81% até 35 anos em São Paulo, 80% até 34 anos no Rio de Janeiro, 81% até 39 anos em todo o Brasil, sendo que 63% tinham no máximo 29 anos);
3. maioria de pessoas empregadas (76% nos dados do Ibope para todo o Brasil)

Os níveis de renda detectados apontam que cerca de 64% dos entrevistados no Rio de Janeiro recebiam até três salários mínimos mensais, e apenas 11% acima de cinco. Já os dados para o Brasil indicavam que 49% teriam renda familiar acima de cinco salários mínimos (23% acima de dez), e só 15% ganhariam até dois. A incongruência aparente talvez se explique porque uma pesquisa levantou o salário do manifestante, e outra sua renda familiar. O que permite a conjectura de que os jovens manifestantes receberiam relativamente pouco, mas pertenceriam a famílias com ganhos melhores.

Não se trata, portanto, de uma juventude com muitos desempregados como a dos movimentos occupy nos Estados Unidos e de grande parte dos indignados espanhóis e portugueses, embora haja vários pontos em comum com suas lutas, como a mobilização pelas redes sociais, a presença significativa de estudantes e recém-formados, o descontentamento com as instituições e o desejo de aprofundar a democracia, aspectos presentes também em outros movimentos internacionais de nosso tempo, como o dos estudantes chilenos e a primavera árabe. Sem contar que nos diversos estados brasileiros surgiram manifestantes inspirados em propostas internacionais, como as dos *Black blocs* e dos *Anonymous*, aspectos que mereceriam estudos específicos.

Tampouco se trata das classes trabalhadoras tradicionalmente representadas em sindicatos e partidos no Brasil. Mas sim de jovens que trabalham em condições provavelmente inferiores a suas expectativas tanto de condições de trabalho como de remuneração.

Considerando ainda o aumento enorme de jovens que ascenderam ao ensino superior nos últimos anos, apesar da conhecida deficiência do sistema educacional (salto de 2.694.245 a 6.739.689 universitários entre 2000 e 2011, segundo o MEC), pode-se supor que esteve nas ruas um expressivo número de jovens pertencentes à primeira geração familiar de universitários, com desejos de ascensão social, ao lado dos tradicionais estudantes das classes médias com capital cultural ou econômico acumulado, provavelmente temerosos de não reproduzir os padrões de vida em que foram criados, e atônitos com a ampliação do meio universitário, que é uma exigência também do mercado de trabalho, no processo de adaptação de uma sociedade desigual e periférica à era da informática, demandando pessoal mais qualificado, mas sem oferecer empregos adequados para todos os formados. Um fenômeno que reproduz em outro contexto e em escala muito mais ampliada os dados estudados pela professora Marialice Foracchi na década agitada de 1960.

Produziu-se uma massa de jovens escolarizados, com expectativas elevadas e incertezas quanto ao futuro, sem encontrar pleno reconhecimento no mercado de trabalho e tampouco na política, embora tenham sido beneficiários de investimentos na educação. As manifestações de rua expressaram uma mistura de desejo de realização e reconhecimento dentro da organização da sociedade como ela é, e de insatisfação com o individualismo exacerbado vigente, que acompanha a tendência de reduzir a vida social à aquisição de bens de consumo, com a mercantilização universal da vida cotidiana até

mesmo no âmbito de serviços públicos como transporte, saúde e educação. Em suma, criou-se um setor social efervescente, em busca de causas na era da i(nc)lusão pelo consumo, em meio à degradação da vida nas cidades, num país que em pouco tempo se tornou mais urbano que os Estados Unidos, chegando a 84% de moradores nas cidades conforme no censo de 2010.

Surgiu uma nova geração com acesso a diversos meios de comunicação, especialmente a internet e redes sociais (mais de 94 milhões de pessoas em 2012, segundo o Ibope, numa população de cerca de 200 milhões), em busca de reconhecimento social e novas formas de democracia pela base. Aqui há um ponto a destacar: o papel da informática e sua relação com a mídia tradicional. Provavelmente os protestos tiveram sua repercussão potencializada pela concorrência entre os meios de comunicação. Sentindo-se ameaçados pela organização dos movimentos via internet e desprestigiados entre os jovens, jornais, revistas, rádio e televisão passaram a dar cobertura crescente aos movimentos, criando uma emulação com as redes sociais que ajudou a chamar a atenção para o que ocorria e estimular as pessoas a irem para as ruas. Sem contar que aquele momento era particularmente oportuno do ponto de vista tanto do noticiário como da possibilidade de exposição internacional dos manifestantes: realizava-se no Brasil a Copa das Confederações, evento futebolístico da FIFA.

Esses dados sobre a participação da juventude escolarizada nos movimentos não diminuem sua importância, nem os restringem a um aspecto de elite, mesmo levando em conta que 70% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão fora da escola. Primeiro, porque é um contingente significativo qualitativamente, e mesmo no aspecto quantitativo, apesar de minoritário: aponta para a crescente escolarização na sociedade brasileira, que tende a mudar o perfil educacional das classes trabalhadoras, cada vez mais escolarizadas. Segundo, porque se deve prestar atenção também naqueles que foram às ruas e não podem ser classificados como jovens escolarizados, percentualmente minoritários, mas que não deixaram de ser numericamente expressivos, dado o caráter gigantesco das manifestações. Terceiro, e mais importante, porque estas tiveram notável e inesperado apoio da opinião pública em geral, que chegou a 81% de aprovação no fim de junho, segundo o DataFolha (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/29/15/>).

Nas franjas dos movimentos de rua que ocorreram sobretudo no centro das cidades, estiveram presentes jovens das camadas populares, manifestantes identificados com partidos e sindicatos, moradores da periferia, gente de todos os tipos e idades. Sentiam-se livres para manifestar reivindicações específicas. As pesquisas de opinião detectaram simpatia generalizada pelo movimento, decorrente de sentimento geral de revolta contra a polícia e seus mecanismos repressivos incompatíveis com uma sociedade democrática, contra a inoperância, a incompetência e a corrupção do congresso, do governo e dos políticos em geral. E um desejo difuso de humanização da vida cotidiana nas metrópoles, dado o desgaste acumulado com a espoliação urbana. Apesar de suas diferenças, as várias vozes expressaram a busca por bem-estar social, ao reivindicar melhor aplicação e gestão dos gastos públicos, a serem aplicados com honestidade em fins realmente coletivos, como transporte, educação e saúde, não em gastos que carregam as verbas públicas para a iniciativa privada, de que foram símbolo os investimentos para a Copa do Mundo.

A força simbólica das manifestações leva a pensar sobre a sociedade contemporânea das imagens, que Guy Debord chamou ainda em 1967 de “sociedade do espetáculo”, tema para o próximo texto do blog.